

DÍVIDA EXTERNA

Brasil acerta fim das comissões e deverá obter taxa de risco de 1,8%

BRASILIA — O Diretor do Banco Central para Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas, deverá obter dos bancos credores, em sua atual rodada de conversações em Nova York, taxa de risco (*spread*) de 1,8 por cento sobre a *Libor* (taxa de juros do mercado londrino do eurodólar) e já acertou a eliminação da comissão (*flat fee*) de um por cento cobrada sobre os vencimentos anuais da dívida externa. As informações foram dadas ontem por fontes governamentais.

O Brasil paga atualmente taxa de risco de 2,22 por cento e pleiteava reduzi-la para 1,125 por cento sobre a *Libor*, idêntica à obtida pelo México em negociações anteriores. A eliminação da comissão dará ao País uma economia de US\$ 80 milhões sobre as amortizações de US\$ 8 bilhões que vencem este ano. Em 85, o Brasil pagou comissão de US\$ 60 milhões sobre vencimentos de US\$ 6 bilhões. A economia pro-

porcionada pela redução do *spread* ainda é difícil de calcular, pois depende da variação dos juros internacionais, disse a fonte.

A queda da taxa de risco será retroativa a 18 de janeiro passado, conforme acordo entre o Presidente do Banco Central, Fernando Bracher, e o Comitê de Assessoramento da Dívida. E a nova taxa já será aplicada aos contratos que Pádua Seixas está negociando com 700 bancos credores, referentes ao refinanciamento dos US\$ 6 bilhões vencidos em 85, com prazo de sete anos, incluindo cinco de carência.

Seixas está acertando também a prorrogação por um ano, a partir de 15 de março, dos empréstimos de curto prazo (linhas de crédito comercial e interbancário) no valor de US\$ 15,2 bilhões e sobre estes também incidirá o novo *spread* menor.

Com a queda dos preços do petróleo, os credores estão dispostos a conceder *spread* de 1,8 por cento porque a situação externa do Brasil vai melhorar e ele passará a ser um risco menor para o capital externo. O Governo cedeu em sua proposta inicial de 1,125 por cento e já admite uma taxa de 1,5 por cento.

No Banco Central, existe grande otimismo em relação a uma solução para o problema da dívida do Comind, Auxiliar e Maisonnave, contraída através da Operação 63 (repasso de créditos externos a empresas brasileiras). Ontem o BC deu luz verde aos ex-administradores e ex-controladores do Banco Auxiliar para negociarem com os credores um acordo até o fim do mês. A proposta aprovada pelo Governo determina que os bancos estrangeiros recebam uma parcela em dinheiro e outra em ações de uma empresa a ser constituída com créditos que o Grupo Auxiliar tem a receber no País.